



SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA,  
SEGURANÇA ELETRÔNICA E CURSOS DE FORMAÇÃO DO  
ESTADO DE SÃO PAULO

**DELI S 3751/25**

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
DO MUNICÍPIO DE LEME/SP**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 10.331/2025**

**SESVESP – Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo**, entidade sindical patronal representativa da categoria econômica, com sede na Rua Bernardino Fanganiello, nº 691, Casa Verde, São Paulo/SP, CEP 02512-000, inscrita no CNPJ sob o nº 53.821.401/0001-79, endereço eletrônico [sesvesp@sesvesp.com.br](mailto:sesvesp@sesvesp.com.br), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 164, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar a presente

## **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

do Pregão Eletrônico nº 097/2025, promovido pela Prefeitura do Município de Leme/SP, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.



Rua Benardino Fanganiello, 691, Casa Verde, São Paulo – SP

[www.sesvesp.com.br](http://www.sesvesp.com.br)

Tel. (11) 3858.7360





SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA,  
SEGURANÇA ELETRÔNICA E CURSOS DE FORMAÇÃO DO  
ESTADO DE SÃO PAULO

## 1. DOS FATOS

A **Prefeitura do Município de Leme/SP** publicou o Edital do Pregão Eletrônico nº 097/2025, que tem por objeto a “contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigia desarmado para atender eventos e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação”, com sessão pública prevista para as 08h01min do dia **26/11/2025**.

Ocorre que o referido edital contém vícios insanáveis, pois descreve **atividades típicas de vigilância patrimonial**, que, conforme a legislação federal vigente, **somente podem ser executadas por empresas de segurança privada devidamente autorizadas pela Polícia Federal, com profissionais habilitados e certificados**.

Diante disso, não restou alternativa senão apresentar esta impugnação para que o instrumento convocatório seja reformulado e republicado, adequando-se às normas legais aplicáveis à segurança privada.

## 2. DO MÉRITO

A análise do edital revela que o objeto licitado, embora nominado “serviço de vigia”, abrange atribuições dos serviços de vigilância patrimonial, o que caracteriza indevida burla à legislação especial que rege o setor.

Nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, os serviços de segurança privada compreendem tanto a **vigilância armada quanto a desarmada**, devendo ser prestados exclusivamente por pessoas jurídicas **especializadas e autorizadas pela Polícia Federal**:

*Art. 2º Os serviços de segurança privada serão prestados por pessoas jurídicas especializadas (...), **com ou sem utilização de armas de fogo** e com o emprego de profissionais habilitados e de tecnologias e equipamentos de uso permitido.” (grifei)*



Rua Benardino Fanganiello, 691, Casa Verde, São Paulo – SP

[www.sesvesp.com.br](http://www.sesvesp.com.br)

Tel. (11) 3858.7360







SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA,  
SEGURANÇA ELETRÔNICA E CURSOS DE FORMAÇÃO DO  
ESTADO DE SÃO PAULO

Em igual sentido, a Portaria DPF nº 18.045/2023 ao regulamentar as atividades de segurança privada, dispõe:

*Art. 1º Disciplinar as atividades de segurança privada, armada e desarmada, desenvolvidas por empresas especializadas (...).*

*§3º São consideradas atividades de segurança privada:  
I – vigilância patrimonial: atividade exercida em eventos sociais ou dentro de estabelecimentos urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio. (grifei)*

Assim, qualquer contratação que envolva proteção de pessoas e bens em eventos ou prédios públicos, ainda que sem porte de arma, configura serviço de vigilância patrimonial, sujeitando-se à autorização de funcionamento emitida pela Polícia Federal.

A figura do “vigia” não é reconhecida nem regulamentada pela Polícia Federal, e sua utilização em substituição ao vigilante constitui irregularidade administrativa e contratual, vedada pelo ordenamento jurídico.

Além disso, conforme o art. 46, §2º, da Lei Federal nº 14.967/2024, os órgãos públicos que contratarem serviços de segurança privada em desconformidade com a lei estão sujeitos às penalidades previstas, inclusive multa e responsabilização administrativa:

*§2º Às pessoas físicas ou jurídicas de **direito público** ou privado que **contratarem serviços de segurança privada em desconformidade com os preceitos desta Lei poderão ser impostas as penas previstas neste artigo**.” (grifei)*

Ressalte-se que, ao permitir a contratação de “vigias” para exercer funções típicas de vigilantes, a Administração se expõe a futuras reclamações trabalhistas por **desvio de função**, com condenações ao pagamento de



Rua Benardino Fanganiello, 691, Casa Verde, São Paulo – SP

[www.sesvesp.com.br](http://www.sesvesp.com.br)

Tel. (11) 3858.7360





SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA,  
SEGURANÇA ELETRÔNICA E CURSOS DE FORMAÇÃO DO  
ESTADO DE SÃO PAULO

diferenças salariais, encargos sociais e verbas rescisórias, tendo em vista a distinção entre as categorias profissionais.

Além das implicações trabalhistas, a contratação irregular também gera responsabilidade civil e penal ao ente público, nos termos da legislação vigente, caso ocorram incidentes envolvendo profissionais sem a devida habilitação e sem cobertura securitária exigida pela Polícia Federal.

### **3. DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO EDITAL**

Para assegurar a conformidade legal da licitação, é indispensável que o edital:

1. Altere o objeto para: “**Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada.**”
2. Exija, como condição de habilitação, a apresentação de: **Autorização de Funcionamento e Certificado de Segurança, ambos emitidos pelo Sistema GESP (Gestão Eletrônica de Segurança Privada) do Departamento de Polícia Federal**, válidos na data de apresentação das propostas, conforme art. 4º, combinado com os arts. 40, I e II, da Lei Federal nº 14.967/2024, e art. 4º da Portaria DPF nº 18.045/2023.
3. Ajuste o edital para atender o disposto no art. 67, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que exige a “**prova de atendimento à legislação especial**” pertinente ao objeto licitado.

### **4. DO PEDIDO**

Diante de todo o exposto, requer-se:

- a) O acolhimento da presente impugnação, com a consequente suspensão do certame até a devida correção do edital;



Rua Benardino Fanganiello, 691, Casa Verde, São Paulo – SP

[www.sesvesp.com.br](http://www.sesvesp.com.br)

Tel. (11) 3858.7360





SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA,  
SEGURANÇA ELETRÔNICA E CURSOS DE FORMAÇÃO DO  
ESTADO DE SÃO PAULO

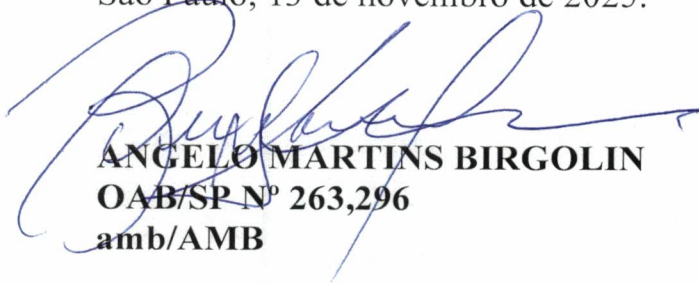
- b) A reformulação e republicação do edital, adequando-o à Lei Federal nº 14.967/2024, à Portaria DPF nº 18.045/2023, e à Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) A inclusão das exigências legais relativas à atividade de segurança privada, conforme demonstrado.

**5. CONCLUSÃO**

Na certeza de que Vossa Senhoria adotará as medidas necessárias à estrita observância da legislação federal e à proteção do interesse público, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos técnicos que se façam necessários.

Pede deferimento.

São Paulo, 13 de novembro de 2025.

  
**ANGELO MARTINS BIRGOLIN**  
**OAB/SP Nº 263,296**  
**amb/AMB**



Rua Benardino Fanganiello, 691, Casa Verde, São Paulo – SP

[www.sesvesp.com.br](http://www.sesvesp.com.br)

Tel. (11) 3858.7360

